

## Se se tivessem realizado as BATALHAS DE FLORES...

Adivinhar é proibido — como é uso dizer-se — mas agora já não restam dúvidas que, se se tivessem realizado as nossas festas, ter-se-ia obtido a maior receita de sempre — porque o Carnaval foi antecedido da 30 tépidos dias de sol radioso, que proporcionaram às amendeiras uma floração verdadeiramente excepcional, o que trouxe à nossa provincia milhares de forasteiros.

... E só na 4.ª-feira de cinzas o tempo mudou, com nevoeiro, frio e chuva... na 5.ª-feira.

(Avença)



ANO XII N.º 293  
FEVEREIRO — 16  
1 9 6 4

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Composto e impresso na  
TIPOGRAFIA UNIÃO  
Tel. 154 — R. Monsenhor Boto, 1 — FARO

DIRECTOR

Jaime Guerreiro Rua

EDITOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração  
GRAFICA LOULETANA  
Tel. 216 — R. da Carreira — LOULÉ

## NO PAÍS DAS FADAS

A riqueza algarvia, durante muitos anos, manteve-se estável. As suas fontes abastecedoras localizaram-se no mar e em terra, qual delas a mais pródiga, uma a fornecer-nos o peixe, e a outra o pão, a carne e as frutas, ambas criadoras de indústrias correlativas.

Os tempos, porém, mudaram; as indústrias, especialmente as que tinham as suas raízes em terra, como as cortiças, procuraram outro clima. O Algarve, hoje, está à mercê daquilo que o solo produz, cujo valor se vai aviltando de dia para dia, a caminhar para o abismo, sem remissão.

Senhores lavradores, já algum de vós se deu ao cuidado de saber o lucro obtido, este ano, na vossa colheita de figos e de azeitonas? — Esta pergunta está mal feita, porquanto falo em lucros, quando deveria falar em prejuízos efectivos.

Vamos às azeitonas, por este fruto constar da última colheita retirada da terra. Não quero alarmar ninguém, tanto mais que os meus cálculos podem estar er-

rados. Mas se houver quem os faça melhor, só terá os meus aplausos.

Para o efeito, parti da geira de terra por se tratar duma unidade de todos conhecida, e admiti que, nessa geira de terra estão plantadas seis oliveiras, cuja existência começou há cinquenta anos. Não digo que estejam em plena produção, porquanto a oliveira é árvore de crescimento lento, mas estão em condições de absorver toda a capacidade criadora do solo. Essas oliveiras podem produzir, num ano como o que findou, que foi de safra, dez arrobas de azeitonas, que um homem e duas mulheres apanham, possivelmente, num dia de trabalho. Deitem ao homem a jorna de 20\$00, não obstante ter havido quem quisesse mais, tanto num como no outro sexo. O dono da terra empatou nesse trabalho um animal de acarrete e,

(Continuação na 2.ª página)

## AS JUNTAS DE FREGUESIA DO ALGARVE prestaram homenagem ao Sr. Governador Civil

Desejando manifestar a sua gratidão ao sr. Dr. António Baptista Coelho pelo que tem feito em prol dos pequenos aglomerados, reuniram-se-se em Faro, no passado dia 4, os Presidentes das Juntas das Freguesias do Algarve, que ali se deslocaram para prestar merecida homenagem a quem, com desvelado carinho e zelo, tanto se tem interessado pela solução dos mais prementes problemas que afligem os pequenos aglomerados.

A saudação, contendo dezenas de assinaturas, foi lida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, sr. Daniel Costa, e nela se salientava a meritória acção desenvolvida pelo sr. Go-

(Continuação na 3.ª página)

.. E assim vai o nosso Carnaval

## Aproveitemos ao menos a lição!

Afinal passou-se o Carnaval e não houve Batalha de Flores em Loulé!

Os louletanos não queriam acreditar e ainda fizeram esforços que foram isolados demais para transpor as dificuldades de momento.

E não queriam acreditar... porque já estavam habituados a ver o assunto resolvido «à última da hora».

Após as festas do Natal, os louletanos interrogam-se: haverá Carnaval? Há? Não há? Conseguir-se-á fazer a Batalha? E o enigma persiste... até às proximidades do Carnaval (geralmente 30 dias).

Nessa altura faz-se a «reunião magna» e fica mais ou menos certo fazerem-se as festas.

Diz-se que a essas reuniões quase que só aparecem pessoas interessadas em que o Carnaval se faça... porque esperam colher benefícios materiais das festas. Na verdade, será difícil destrinçar, em determinados indivíduos, onde começa a sua paixão pelo Carnaval e onde acaba o seu interesse material, mas os beneficiados já são tantos, que, qualquer ano, esses mesmos terão de desinteressar-se... para que os outros não pensem que são

eles que querem que se faça.

Muitas pessoas que costumam fazer carros, naturalmente não farão empenho em gastar dinheiro na sua confecção, mas são incapazes de negar a sua colaboração, se lhe solicitarem e também lhes ficaria mal se pedissem um subsídio. Se não aparecem nas reuniões talvez seja por preferirem ser esquecidas ou solicitadas.

Sim, porque isto de se gastar dinheiro... em proveito dos outros já não é coisa que se faça assim muito espontaneamente.

E verdade que noutros tempos cada família fazia o seu carro e hoje a confecção da maioria é subsidiada pela Comissão, mas também é uma verdade indubitável que, apesar disso, a receita líquida de que o Hospital tem beneficiado é de longe superior à doutros tempos — mesmo tomando em conta a considerável desvalorização da moeda.

Na tal reunião nomeiam-se Comissões e mais Comissões e entretanto 3 ou 4 pessoas (que sempre as há entre dezenas) metem mãos à obra e a «batalha» contra o tempo começa.

Choverá? Não choverá? Deus queira que não! E enquanto uns trocavam opiniões, outros trabalhavam, para que as nossas festas fossem dignas das antecessoras.

«Fazem-se» papéis «à la minute», programas à última hora, resolvem-se milhentes problemas

(Continuação na 2.ª página)

(Conclui na 2.ª página)

## O RANCHO DE ALTE brilhou no ESTORIL

Acidental ida a Lisboa por ocasião do Entrudo proporcionou-nos uma ida ao Estoril onde vimos como é o seu carnaval.

Basto diferente do de Loulé, levava-lhe óbvia vantagem na riqueza dos carros, alguns dos quais devem valer materialmente o equivalente à grande maioria dos que se fazem aqui.

Nesse aspecto é de afastar veleidade de confronto. Outrotanto se não deverá dizer pelo que toca à originalidade e bom gosto. Aí, sim. O nível médio dos nossos carros pede meças aos que por lá circularam este ano. Escrevemos «circularam» pois ao

(Continua na 4.ª página)

## MESSINES e MONCARAPACHO «salvaram» o CARNAVAL ALGARVIO

Dando uma lição de bairrismo e persistência a vilas e cidades do Algarve, as aldeias de S. Bartolomeu de Messines e Moncarapacho, levaram a efeito com pleno êxito e larga concorrência, as suas Batalhas de Flores.

Os milhares de forasteiros que se deslocaram ao Algarve para admirar o maravilhoso espectáculo que as amendeiras proporcionaram este ano e os algarvios que se habituaram a divertir-se pelo Carnaval, tiveram assim ensejo de participar em Batalhas de Flores que, embora não tendo o brilho, a graça e o valor das de Loulé, tiveram no entanto o condão de entreter os foliões e servir de passatempo a quantos não puderam conformar-se em

passar o Entrudo em casa.

Mas o proveito que essas terras colheram também é de considerar porque o dinheiro arrecadado terá benéfico efeito para os seus habitantes e pode servir de estímulo para futuras festas.

Mesmo com pouca prática, com poucas possibilidades e sem recintos tão próprios como o de

(Continua na 3.ª página)

CHEGOU A VEZ DOS CONTABILISTAS

## Os Técnicos de Contas e a PORTARIA 20317

Errar «humanum est» e, na realidade, só a Deus é permitida a infalibilidade. Todo o homem erra mas o reconhecimento dos seus erros e a diligência pela sua correcção é faculdade nata — somente do indivíduo de moralidade, de sa, de saos princípios de educação, inteligência e ponderação.

Um homem de governo escolhido por um governante que tão honesta e inteligentemente dirige os destinos do nosso País há mais de 30 anos tem de, forçosamente, reunir estes predicados.

Fundamentando-me nesta convicção sincera, confio absolutamente em que Sua Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças irá rever, com a justiça que o interesse da grande classe dos profissionais

de contas não diplomados merecem, a situação em que a portaria 20317, os lançou.

Tal portaria afecta, directamente, pelo seu artigo 7.º, todos os profissionais que já exerciam a sua actividade nas firmas classificadas pelo Código na classe A. Estes, que têm vindo desempenhando com agrado da Empresa, o seu cargo, vêm-se em risco de serem votados ao desemprego e contra a vontade da própria empresa, se, no exame, — é sempre tão contingente um exame!!! — a que terão de submeter-se, não forem bem sucedidos. Por outro lado — e aqui principiava a injustiça — porque exigir que se faça um exame de apti-

(Continuação na 3.ª página)

## A CRISE da indústria tipográfica e o «Diário de Lisboa»

Manifestando a sua solidariedade para com os industriais gráficos que se sentem apreensivos com a publicação do Dec. 44780, o «Diário de Lisboa» teve a gentileza de voltar a tratar deste problema nos seguintes termos:

Do editor de «A Voz de Loulé», recebemos uma carta de aplauso à «Nota do dia» em que nos referimos à situação crítica que atravessa a indústria de tipografia. Pelo interesse que pode ter para o esclarecimento deste problema, reproduzimos gostosamente a carta que nos foi enviada:

Sr. director do «Diário de Lisboa» — Desde Março de 1963 que venho escrevendo persistentemente, teimosamente e quinzenalmente no meu jornal («A Voz de Loulé»), alguma coisa do muito que penso acerca dos malefícios

que poderiam (não me atrevo a dizer poderão) advir para o País do cumprimento do Decreto 44780. Dezenas de colegas têm apoiado a minha campanha, porque assim defendem também os seus interesses. Mas ao «Diário de Lisboa» não interessa que o decreto não seja cumprido, e por isso a «Nota do dia» intitulada: «Nem oito, nem oitenta» caiu bem, no fundo do meu coração, porque assim prova pôr os interesses da Nação acima de mesquinhos interesses individuais. Sim, sr. director, a Nação fica-

(Continuação na 3.ª página)

## Caleidoscópio

Por cerca de 500 contos foi adjudicada a construção das casas para magistrados, na última sessão camarária realizada no pretérito dia 12 do corrente.

Com tal medida satisfaz-se uma necessidade velha e proporciona-se à Magistratura Judicial e do Ministério Público instalações dignas das suas funções e pessoas, enquanto permanecerem entre nós.

O sítio previsto é a Campina, a norte do actual estádio. Fica algo distante do centro da vila? É possível, todavia, por falta de terrenos na zona mais central e de verbas para os adquirir, não é possível edificar em sítio mais cómodo, semelhantemente se diga do Palácio da Justiça que igualmente já valeu deslocação a Lisboa de uma representação camarária onde se avistou com o

senhor Ministro da Justiça que, para melhor ajuizar do pedido, se deslocou a Loulé.

Por sugestões cuja iniciativa sabemos não pertencerem à Câmara foi encarada a hipótese de estabelecer uma ligação do actual edifício à Praça da República em virtude do Ministro ter encontrado como único senão: a dificuldade do acesso às instalações actuais.

Como tal dificuldade não é de molde a justificar as onerosas obras da sugerida ligação, nem o estado do edifício, a construção do novo Palácio da Justiça, pelo titular da pasta acima referido foi decidido que a satisfação da pretensão aguardasse outra oportunidade.

Assim foi tratado o problema.

M. M. G.

## Festival de Ciclismo EM LOULÉ

Agostinho Correia, do Alpiarça — venceu o Circuito de Loulé

Promoveu o Louletano Desportos Clube, no domingo, dia 9 um festival de ciclismo, na Avenida José da Costa Mealha em que participaram atletas do clube organizador e do «Águias de Alpiarça».

Com a presença de numerosa assistência disputou-se a primeira prova na categoria de amadores, no sistema de eliminações, da qual saiu vencedor Alberto Duarte, do Louletano.

Na segunda corrida, (20 voltas à «americana» para independentes), foi vencedor Amílcar Mateus (Alpiarça), com 24 pontos; seguido de Vítor Tenazinha (21)

e Perna Coelho (13), ambos do Louletano.

Realizou-se depois, outra prova para amadores, (15 voltas em linha) saindo vencedor Francisco Apolo, seguido por Alberto Duarte e João Simões. Nas provas para amadores só se inscreveram ciclistas do Louletano.

Na competição mais importante (80 voltas em linha) para independentes, foi Agostinho Correia (Alpiarça) o vencedor, que bateu ao sprint Edmundo Bota, seguido de Valério Clara, Perna Coelho e Vítor Tenazinha, todos do Louletano, no tempo de 1 h. 19 m. 36 s.

Edmundo Bota venceu o maior número de voltas (32) e também igualou na 17.ª a volta mais rápida, 50 segundos, tempo que Vítor Tenazinha tinha feito na 5.ª.

Bruno

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

A prática do desporto processa-se como verdadeira necessidade nos povos em desenvolvimento, constituindo hoje autêntica preocupação para os responsáveis pelo sector educacional. Na nossa provincia onde ainda não há muitos anos se praticavam várias modalidades, algumas das quais hoje totalmente votadas ao esquecimento ou ao ostracismo.

Aos novos dirigentes da Associação de Futebol de Faro não foi desde logo alheia a ideia de dar uma maior expansão à prática oficializada daquela modalidade desportiva e é facto que actualmente se estão disputando com carácter distrital provas da 1.ª divisão (qualificação para o Nacional da 3.ª Divisão), Juniores (distribuídas as doze equipas concorrentes por duas zonas) e Principiantes além de haver o propósito da promoção do Campeonato Distrital de Aspi-

rantes. Uma actividade que nos apraz registar na medida em que envolve considerável número de praticantes e em que existe uma organização oficial tendente à obtenção dos melhores resultados em todos os aspectos. Temos porém que ressaltar o facto de nem todas as equipas intervenientes nestas provas dispõem de campo próprio ou de outrem nas suas localidades, o que constitui um entrave à perfeita obtenção dos fins em vista e levando os interesses dos próprios clubes. Esse mesmo factor se verifica nos torneios corporativos, em que algumas Casas do Povo têm que disputar os encontros nas localidades circunvizinhas. Estamos assim em presença de uma necessidade e premente que é a existência de recintos desportivos com as condições exigíveis em terras de grande importância na nossa provincia. A solução que tem a surgir, sob

(Continua na 4.ª página)





# No País das Fadas

(Continuação da 1.ª página)

conquanto não pagasse aluguer por se tratar de animal do seu estábulo, não deixou, contudo, de sobrecarregar a diátria com mais vinte escudos, o que, aliás sucede permanentemente, só com a alimentação do bicho. As oliveiras carecem de lavouras anuais, e a geira, a que há pouco nos referimos, custou, no inverno passado, cerca de sessenta escudos; mas há mais: há um homem que compôs a lavoura atrás do arado e colheu os carrascos que iam ficando espalhados pela terra, operação de certo modo indispensável, cujo custo está compreendido na jorna usual de trinta escudos.

Nesta altura estamos no balanço das despesas avolumado com 180\$00, contra o total da receita que foi de 150\$00, dado que as azeitonas, vendidas no mercado corrente, este ano baixaram para quinze escudos à arroba. Logo, um prejuízo de trinta escudos diários, num cômputo de um homem e duas mulheres à jorna, no espaço bucólico duma jorna — Uma pechincha! — não acham?

Aqui paramos para lembrar que as oliveiras são árvores biennais na produção, mas não o são na despesa; carecem de adubações e limpezas frequentes, pagam contribuição predial de ano a ano, e direitos de transmissão que se revezam todos os vinte anos; exigem o seguro do pessoal de trabalho, e a terra, onde as oliveiras foram plantadas, representa capital investido, que, como todo o capital, tem direito a juros. E depois são licenças e derramas para isto, para aquilo e para aquele outro, etc. Com tais encargos, a não ser que surjam novos recursos na margem oposta, a exploração de oliveiras, no Algarve, é não só um absurdo, como cria, naqueles que vivem da pequena propriedade, uma noção de afronta, um estado psicológico de permanente irritabilidade.

Todavia, é hoje moda falar-se em reconversão agrícola quando um determinado ramo cai em falência. Eu não posso avaliar das possibilidades dessa operação; mas suponhamos que a reconversão se pode fazer, e, neste caso,

vamos arrancar as oliveiras e substituí-las por outra coisa. Que coisa? — Figueiras? Nem pensar nisso! — Se uma coisa é ruim, a outra não lhe fica atrás. Estão ambas sob o controle de tabelas.

Restam as alfarrobeiras e as amendoeiras, como última tentativa. Porém, quem está calejado no ofício, sabe muito bem que essas árvores não se substituem umas pelas outras sem olhar às condições, do solo. E o solo que manda em relação a cada espécie, notando-se verdadeiro antagonismo entre alfarrobeiras e oliveiras: as primeiras são para terrenos de encosta, ao passo que a oliveira prefere a várzea, o mesmo solo onde a figueira se cria e desenvolve; e depois ainda há a composição química do solo. A amendoeira é frutífera na produção, como toda a gente sabe.

A arborização do Algarve já está feita e não será fácil encontrar espécies mais adaptáveis do que as existentes, cuja exploração representa o somatório de muitos anos de experiência em confronto com outros aproveitamentos. Uma nova experiência em grande escala traria como resultado a paralisação da vida agrícola da Província por um espaço de tempo nunca inferior a meio século. Entretanto, quem responderia pela subsistência de milhares de pessoas que ficavam sem pão e sem recursos de qualquer espécie?

Evidentemente que teriam de mudar de vida, mudar de profissão. Mas muda-se assim de vida e de profissão, quando o corpo está exausto e a vida prestes a sumir-se? — São fatalidades que a História não perdoa!

O que parece fora de dúvida é que a caminhar-se sob o jugo de tabelas absolutas, a contrastar com salários cada vez mais altos, devido à rareficação da mão-de-obra, breve teremos no Algarve e em outros pontos do País, vastas extensões de terrenos abandonados a que se poderá chamar zonas mortas, e que atingem essa fase por virtude da sua exploração se tornar deficitária. Não faltará, nessa altura, quem ache oportuno proceder ao emparcelamento da propriedade rústica e fazer a reconversão de culturas, para depois parcelar e entregar as parcelas a novos donos, apontando essa medida como reforma agrícola do mais alto significado económico. Dêem-lhe o nome que quiserem, mas isto de transferir a propriedade de uns nomes para outros sob o pretexto de que os novos donos administram melhor ou que a terra rende mais, afigura-se-nos malabarismos que não convence toda a gente. Os países da «cortina de ferro» fizeram-no por princípios doutrinais, dentro da lógica marxista; os resultados creio que não são nada lisonjeiros para a causa, nem sob o aspecto económico, cujo coeficiente de produção está a baixar, nem sob a forma doutrinal, onde predomina a hierarquia, talvez mais afrontosa que o patronato.

Todavia, se há uma razão doutrinal que serve ao comunismo, tal razão não se coaduna com a lógica daqueles que afirmam o contrário e que se dizem anti-comunistas, a não ser que a lógica esteja virada de avesso, o que aliás recusamos a acreditar. Voltando ao nosso tema: Como a exploração da oliveira está protegida por uma lei antiga, que proíbe o arranque da árvore, esta terá que manter-se, embora em estado deficitário, como atrás se provou. O que não está, porém, proibido é a falta de tratamento da árvore, e será por aí que os respectivos donos terão que começar. Não as lavram, não as cavam e dentro de alguns anos a espécie ficará reduzida a troncos secos, como está a suceder à figueira e sucederá, mais tarde, a toda a flora algarvia, dado que todo o tratamento implica em despesas.

Perder, em anos sucessivos, é que se torna literalmente impossível. Ninguém perde aquilo que não tem. Mas o abandono, esse terá de ser fatal, se novas medidas não vierem remediar aquilo que já hoje representa um sério prejuízo e uma fatalidade congénita. Tudo isto avulta como consequência da falta de organização da Lavoura Algarvia. Assim o queremos, assim o têm.

Gil Brasino

ROMEIRA

**TODOS OS FIOS DE LÃ PARA TRICOT**

**ENCONTRA, POR MELHOR PREÇO, NO NOSSO DEPÓSITO**



**ENVIAM-SE AMOSTRAS \* REMESSAS COBRANÇA**

## Ao Comércio e Indústria

### GUARDA-LIVROS

CONTABILISTA-PERITO, com escritório próprio, encarrega-se de assistência e legalização de assuntos de **CONTABILIDADES**. Organização em conformidade com a actual LEI FISCAL, sobre Sociedades e Firms Individuais (Grupos A-B-C) do novo Código da Contribuição Industrial.

RESPOSTA:

em **LOULÉ** — Rua Ribeiro da Graça, 21  
em **LISBOA** — Rua Ferreira Borges, 109 - 4.ª - Esq.  
Telefone 684973 — (Escritório Central)

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª publicação

Pela segunda secção da Secretaria Judicial desta comarca, correm éditos de **vinete dias**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados **Torquato Duarte Oliva e mulher Maria Isabel Pinto da Costa Águas Oliva, e Teresa Duarte Oliva ou Maria Teresa Duarte Oliva**, viúva, moradores em Alcantarilha, comarca de Silves, para no prazo de **dez dias**, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução de sentença com processo ordinário que Joaquim Pontes Faísca, casado, industrial, residente em Fonte de Boliquei me, comarca de Loulé, move àqueles executados.

Loulé, 8 de Janeiro de 1964

O escrivão de direito  
(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote  
Verifique a exactidão

O Juiz de Direito  
(a) José António Carapeto Santos

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

O Doutor José António Carapeto dos Santos, Metretissimo Juiz de Direito na Comarca de Loulé. Faz saber que, no dia VINTE UM do próximo mês de FEVEREIRO, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de EXECUÇÃO POR CUSTAS E SELÓS que o Digno Agente do Ministério Público, nesta comarca move contra JOSÉ FARRAJOTA DE FREITAS, separado judicialmente de pessoas e bens, agricultor, ausente em parte incerta da França e cuja última residência conhecida no país foi na Rua Engenheiro Duarte Pacheco, desta vila de Loulé, se há-de pôr pela segunda vez em praça e arrematar a quem maior preço oferecer acima do que a seguir vai indicado, O DIREITO E ACÇÃO À MEACÃO DO EXECUTADO NÓS BENS DO SEU DISSOLVIDO CASAL COM MARIA DAS DORES RAMOS E BARROS, o qual vai à praça por DEZ MIL ESCUDOS.

Loulé, 31 de Janeiro de 1964

O escrivão de direito da 1.ª secção,  
(a) Joaquim Guerreiro Brasão  
Verifique a exactidão:

O Juiz de Direito  
(a) José António Carapeto dos Santos



## Agradecimento

Maria do Carmo  
Espadinha Corpas

Sua família, vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada a sua saudosa parente, às que por qualquer forma exteriorisaram os seus sentimentos de pesar e se interessaram pelo seu estado durante a doença que a vitimou.

## Prédios VENDEM-SE

Os herdeiros de Manuel Rosa da Ponte, vendem os seguintes prédios:

— 7 moradias na Rua Alto de S. Domingos, números: 6-8-9-10-11-12 e 7 com r/c, 2 quintais e 1.º andar, estando este devoluto.

— 1 moradia na travessa 1.º de Maio, n.º 1.

— 2 moradias nos n.ºs 23 e 25 da Rua dos Oleiros.

— 1 casa na Avenida General Carmona, n.ºs 3, 5 e 7 (Café Havaneza).

— 1 courela de terra de semear com alfarrobeiras e oliveiras, denominada «Monte dos Ratos», no sítio da Malhada Velha.

Tratar com Gilberto Maria de Freitas ou Dr. Jaime Guerreiro Rua — Loulé.

## O seu Automóvel durará mais

Se as chapas forem revestidas com **SHELL-FLINTKOTE**.

Para esclarecimentos na Garage Avenida — LOULÉ.

## Máquina de Calçado

VENDEM-SE 2 máquinas de coser calçado, marca «SINGER», sendo uma de braço e outra de mesa, ambas em bom estado.

Tratar com Joaquim da Piedade Garrocho — Quarteira.

## UM ESTABELECIMENTO DE BOM GOSTO

AO SERVIÇO DO PÚBLICO DE BOM GOSTO:

## Mobiladora Moderna

Praça da República, 8

LOULÉ

António Simão Viegas

Ao inaugurar o seu novo e amplo estabelecimento, cumprimenta o Público de Loulé e agradece uma visita.

MOBÍLIAS COMPLETAS EM TODOS OS ESTILOS  
MÓVEIS AVULSO E ARTIGOS DE DECORAÇÃO  
A PREÇOS ACESSÍVEIS

# Aproveitemos ao menos a lição

(Continuação da 1.ª página)

pelo telefone e a «batalha» prossegue.

Só quem acompanhe, de perto, a marcha dos «acontecimentos» pode avaliar as dificuldades sem conta que se deparam; os problemas que é urgente resolver; as arrelhas que é preciso suportar, a luta que é necessário travar para serem proveitosas as horas de trabalho de quem é contratado para fazer os carros e anda por cima... os «pontapés» a que se sujeitam os que teimam em fazer as Batalhas de Flores.

Teimam, mas prometem que não voltarão a trabalhar, pois a maioria acha mais cómodo outros fazerem alguma coisa.

Mas se no ano seguinte é preciso «salvar» de novo o Carnaval talvez que os mesmos sejam capazes de agir com redobrado entusiasmo, para que Loulé brilhe com as suas tradicionais festas. E com mágoa verificamos que contrários nossos (de Loulé, terra que teve fama de bairrista) ficam de braços caídos, enquanto não louletanos removem com vigor, dificuldades, para enaltecer uma terra que se habituaram a estimar.

Esse desinteresse nos tem levado a pensar que o bairrismo louletano tem estado em precipitada decadência.

Quer em organizações festivas, em sociedade de recreio ou clubes de desporto, já não se vê quem queira trabalhar em prol da colectividade... talvez porque é muito mais cómodo a cada um fazer o menos que poder.

Quase todos os anos Loulé tem estado na contingência de ver anuladas as suas festas de Carnaval e, muitas vezes, tem sido necessário dizer que não se fazem, para despertar os ânimos. Só depois os louletanos vibram, com receio de que se perca a tradição.

Mas este ano falhou!

Até os mais optimistas se enganaram, quando pensaram que ainda era tempo.

Mas alguma vez isto teria de acontecer, pois a «certeza» de que outros acabariam por fazer, permitia a muitos continuar tranquilos...

Por isso, talvez os louletanos tenham merecido esta dura lição. Que ao menos a saibam aproveitar para o futuro!

Não diremos que foi um mal necessário, mas podemos afirmar que a nossa festa tem uma tal projecção, que já não pode estar sujeita ao «faz-se» ou «não se faz».

O Carnaval de Loulé já não é a «festa dos louletanos», como o foi noutros tempos em que cada família fazia o «seu carrinho» com uma dúzia de tostões. Não. Tornou-se uma festa de carácter regional, com interesse para todo o Algarve e que interessa a todo o País... porque o País e até o estrangeiro têm os olhos postos na nossa província.

E então agora, que o Algarve está despertando para o turismo é necessário ter mais alguma coisa que distraia e prenda quem nos visita.

Portanto, à ninguém resta dúvidas de que foi erro a desistência de se realizarem as nossas festas.

Foi a Mesa da Santa Casa da Misericórdia que, por si, assumiu essa responsabilidade, e acreditamos que cedo reconheceu ter falhado nessa deliberação. E falhou principalmente, porque não promoveu a habitual reunião em que publicamente se tem decidido fazer o Carnaval. É possível que essa reunião tivesse falhado, mas se tal acontecesse a culpa passaria a ser dos louletanos, que não compareceram a oferecer a sua colaboração. Seria praticamente a Vila a assumir a responsabilidade de não fazer as suas festas e não apenas a entidade a quem afinal deve interessar fazê-las, porque delas tem colido vultuosos benefícios.

Por isso, a deliberação da Mesa — por precipitada — foi acolhida com surpresa e espanto e provocou os mais disparatados e

contraditórios comentários, não só em Loulé, como também em todo o Algarve.

Apesar de ter a sua eleição garantida pela apresentação da lista única, a actual Mesa pôde verificar que a maioria dos Irmãos da Misericórdia estava solidária com a sua actuação, através de percentagem de votos de tal modo elevada, que foi a maior de sempre. Esse facto sintetizou também a confiança que os louletanos depositavam em quem nos últimos 3 anos dirigiu os destinos do seu Hospital.

Por isso, foi com verdadeira surpresa e espanto que os louletanos tomaram conhecimento de que um dos factores que levaram a Mesa a não promover as festas de Carnaval, era precisamente o receio da falta de apoio, pois nem todos podem descontinuar razões que mal se adivinhavam.

Mas a Mesa sabia dos seus fundamentados receios e os louletanos que têm acompanhado o desenrolar dos últimos acontecimentos também sabem a origem dessas preocupações.

A situação nas nossas províncias ultramarinas, a debilidade económica do nosso comércio, da agricultura, da indústria, da população em geral — só por si — não teriam sido razões suficientemente fortes para a Mesa tomar uma tal decisão. Foi todo um conjunto de circunstâncias a que se aliou uma presumível falta de tempo (mal aliás já crónico nos outros anos); o facto de o Carnaval coincidir nos primeiros dias de Fevereiro que podiam ser de chuva (também em Março ou Abril pode chover), mas que, por outro lado, era afinal uma vantagem, pela simultaneidade com a pujança da floração das amendoeiras. Tudo isto, para não falar de tantos problemas que é preciso resolver com decisão, energia e acerto, fez com que a Mesa hesitasse primeiro e decidisse depois em não promover as festas.

Com lógicas razões, há muita gente que entende que é à Mesa que deve competir promover os festejos, porque é seu dever zelar pelos interesses do Hospital e como o produto da festa reverte integralmente para aquela instituição, logo, parece natural que seja ela a principal interessada. No entanto, geralmente não tem sido assim. A Mesa apenas tem encetado as primeiras diligências e depois nomeia uma Comissão Organizadora.

E mesmo quando os componentes da Mesa nada têm feito, o êxito das festas tem sido assegurado pelos «carolas» que sempre aparecem... nem que seja à última hora.

Componentes da actual Mesa promoveram os festejos da Batalha de Flores de 1961, (dias 12, 13 e 14 de Fevereiro) e a sua deliberação de não fazer as festas de Carnaval de 1962 foi bem aceite porque a Nação estava de luto por causa de Goa. Devido a um inquérito que pediu, a Mesa estava afastada das suas funções por altura do Carnaval de 1963. O Hospital esteve confiado a uma Comissão Administrativa que afinal nem sequer teve que trabalhar para que o êxito das festas fosse assegurado.

Um ano de «descanso», parecia lógico que pudesse contribuir para uma melhoria de nível artístico dos carros, mas tal não aconteceu... porque de novo foi tudo feito à pressa.

Portanto, para que a Batalha de Flores de 1964 se tivesse realizado talvez bastasse à Mesa «criar» ambiente próprio... para os outros a fazerem. Se a não fizessem ou, fazendo-a, se resultasse um fracasso, a culpa não seria atribuída a quem apenas deu facilidades para que se fizesse, porque a verdade é que sem a colaboração do Hospital não se pode pensar (embora se tivesse admitido essa hipótese) em fazer o Carnaval em Loulé. Porque, além de valioso material que possui, tem também um fundo de reserva que, até certo ponto, são uma garantia para fazer face ao pagamento daquelas despesas que fossem inadmissíveis em caso de 3 dias de chuva.

Mas a verdade é que estamos no Algarve, a terra onde, depois de Janeiro, raramente temos 3 dias consecutivos de chuva. Muito mais inseguro é o tempo no Norte do País e, no entanto, mesmo aí se realizam habitualmente essas festas.

Já vai longo este nosso arrazoado, mas parece-me que sendo um jornal a «voz» da opinião pública, era necessário que alguém exprimisse publicamente o seu pensamento e relatasse alguns factos que devem ser do conhecimento dos louletanos ausentes e dos algarvios que tão intrigados ficaram e se interrogaram, sem compreenderem a decepção que Loulé lhes causou.

E quem quer que se tivesse deslocado a Messines ou a Moncarapacho — 2 aldeias a darem lições de bairrismo a Loulé e a outras terras de maior valor — notou bem como foi sentida a falta do nosso Carnaval. E tão sentida, que parece estamos

(Continua na 4.ª página)







# Os Técnicos de Contas

(Continuação da 1.ª página)

dão quem aptamente tem desempenhado um cargo que lhe foi conferido pela entidade patronal em condições, ao tempo, absolutamente «legais» e patrocinadas pelo competente Sindicato?

Se é a Empresa que cabe a responsabilidade material pelo cumprimento da Lei, se a ela cumpre o pagamento de multas por anomalias que a «incompetência» do seu técnico execute, a quem deve mais interessar do que à própria Empresa que a sua contabilidade se organize convenientemente em respeito pelas exigências da Lei?

A nova Lei impõe à Empresa a opção de dois únicos caminhos a seguir:

1.º — O prático reprovado no exame terá de ser substituído por um diplomado e a Empresa contra sua vontade despedir-lo-á (e será obrigada a indemnizá-lo?) perdendo a colaboração de um empregado que ganhou a sua confiança sob o ponto de vista técnico moral, para arriscar-se à admissão de um diplomado cuja técnica e teoria geral pode não compensar a prática e experiência do sector e cuja moral seja uma incógnita. Tal pode não convir à Empresa mas talvez que este seja o caso que o fisco mais admita convir-lhe. Não, porém, o que mais interessa à moral e justiça social ao votar-se o chefe de Família ao desemprego.

2.º — O prático reprovado continua ao serviço em condições desmoralizantes de «irresponsável» e a perfeição do seu trabalho, sob o ponto de vista de interesse fiscal, passa para ele a ser secundário. Neste caso a Empresa recorre, no final do ano, a um diplomado exercendo a profissão nas condições liberais previstas no código do Imposto Profissional e, porque aquele não é possível, em função do tempo e do número de «clientes» que a ele recorrerem, fazer um exame minucioso e consciente à escrita que lhe permita, com seriedade, assinar o respectivo Balanço, assinar este de cruz.

Sabe-se que em condições semelhantes noutros campos profissionais tais casos são frequentes.

Daqui resulta um inconveniente ao interesse do Fisco pois, ao pretender este criar em cada técnico um seu colaborador, antes cria no «irresponsável» executante uma naturalíssima reacção de desinteresse.

Ao fim e ao cabo a Portaria 20.317 criou uma situação de opção à Empresa que não é a mais conveniente aos interesses fiscais a não ser que, como objectivo paralelo, a portaria procurasse assegurar, sem respeito pelos lesados, a colocação dos diplomados que anualmente saem das escolas superiores, ou pelo menos a garantia de receitas eventuais.

## Quarteira

VENDE SE um prédio urbano em Quarteira.

Presta esclarecimentos: — D. Cândida de Jesus Rita — Rua S. Gonçalo de Lagos — QUARTEIRA.

## SELEÇÕES do READER'S DIGEST

Vende-se colecção completa desde o ano de 1945.

Informa Monteiro Martinho — Avenida José da Costa Mealha, n.º 135 — Loulé.

## Valorize a sua Propriedade dotando-a de água

### GILBERTO MENDES DIAS Empreiteiro de Poços e Sondagens

Tem a satisfação de participar a todos os Srs. Proprietários que acaba de adquirir uma moderna e potente broca de grande alcance, que lhe permite executar com rapidez e eficiência os diversos trabalhos de sondagens, poços ou arcos.

Se deseja água na sua propriedade NÃO DEIXE DE CONSULTAR

**Gilberto Mendes Dias - Loulé-Gare**

cuja experiência neste género de trabalho, são garantia de perfeição e segurança.

**AGORA — a preços ainda mais acessíveis**

Admite-se tal interesse dado que o futuro económico do nosso País exige grande número de técnicos evoluídos mas a precipitação revela-se contra a ética social, contra o respeito por uma classe que tem contribuído com o seu trabalho para a economia da Nação e com o seu tributo fiscal para a criação das escolas de onde saem aqueles técnicos.

Há ainda um facto flagrante e que é do meu pessoal conhecimento mas que, compreensivelmente, devo omitir o nome da pessoa com quem este caso se passou.

Não há ainda muito tempo fui abordado, por um amigo que possui o Curso do Instituto Superior do Comércio, com o fim de dar-lhe umas explicações de contabilidade prática procurando preparar-se à candidatura de um lugar de contabilidade em determinada Empresa. Não se concretizaram as explicações porque, posteriormente, desinteressou-se pelo lugar.

Hoje ele oferece-se para se responsabilizar pelo meu trabalho, se o exame me reprovar, porque diz confiar plenamente na minha competência e honestidade... e só por isto... Desnecessário comentar...

Creio que a Lei deverá acentuar os interesses dos técnicos não diplomados que directamente são os mais afectados, ou sejam os que, à data da saída do Código, desempenhavam as suas funções de responsáveis nas Empresas da classe A, facultando-lhes os mesmos direitos concedidos aos diplomados.

Pretenderam os seus considerandos revelar os inconvenientes nascidos do erro da Portaria 20.317 e porque de um erro admito tratar-se, reafirmo a minha convicção de que o mesmo será corrigido pelo criterioso espírito de justiça de Sua Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças, certo de que a gratidão e admiração de toda uma grande classe trabalhadora será profundamente sentida e compreenderão a grandeza de carácter de quem sabe reparar o erro.

Amadora, 29 de Janeiro de 1964

A. Duarte

## J. Pereira da Costa

ODONTOLOGISTA

Consultório:

Avenida José da Costa Mealha, 39-1.º (em frente ao Cinema)

Telefone 114

— LOULÉ —

## VENDE-SE

por motivo de retirada, uma máquina, marca «Singer» (31-K-15), própria para alfaiate.

Quem pretender, dirija-se à Rua Dr. Rodrigues Davim, 39 — FARO.

## QUARTEIRA

TRESPASSA-SE

Trespasa-se um amplo estabelecimento junto à praia (no melhor local de Quarteira).

Tratar com M. Brito da Mana — LOULÉ.

# Câmara Municipal do Concelho de Loulé ANÚNCIO

## Concurso Público para Arrematação da Empreitada

### «Abastecimento de Água a Quarteira Aproveitamento das Novas Captações — 1.ª Fase — Condutas Elevatórias e Modificações das Casetas junto aos Furos JK2 e JK1 — A»

Faz-se público que no dia 26 do corrente mês de Fevereiro, pelas 16 horas e 30 minutos, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Loulé, perante a mesma Câmara, se procederá ao concurso público para arrematação da empreitada relativa à obra indicada em epígrafe.

A BASE DE LICITAÇÃO É DE . . . . 235.520\$00

Para ser admitido ao concurso é necessário apresentar documento comprovativo de haver sido feito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou agências, o depósito provisório da quantia de 5.888\$00 (cinco mil oitocentos oitenta e oito escudos), mediante guia preenchida pelos próprios concorrentes, segundo o modelo que figura no processo do concurso.

O depósito definitivo é de 5 por cento do valor da adjudicação.

O processo do concurso, incluindo o respectivo projecto, programa do concurso e caderno de encargos, encontra-se patente na Secretaria desta Câmara Municipal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente.

As propostas dos concorrentes deverão dar entrada na Secretaria da Câmara Municipal de Loulé até às 15 horas do dia do concurso.

Paços do Concelho de Loulé, 5 de Fevereiro de 1964

O Presidente da Câmara,  
José João Ascensão Pablos

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª publicação

O Doutor José António Carapeto dos Santos, Meritíssimo Juiz de Direito na Comarca de Loulé. Faz saber que, no dia DEZANOVE do próximo mês, de MARÇO, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de carta precatória vinda do Quinto Juízo Cível da Comarca de Lisboa e extraída dos autos de EXECUÇÃO POR CUSTAS

que o Digno Agente do Ministério Público move contra JOSÉ FELIZARDO VIEGAS, casado, proprietário, residente no lugar e freguesia de Quarteira, desta comarca, se há-de pôr pela primeira vez em praça e arrematar a quem maior preço oferecer acima do valor que adiante se indica, o seguinte prédio penhorado àquele executado: — Uma propriedade de terra de semear e arenoso, com árvores, nora e tanque, no sítio do Semino, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé. Vai à praça no valor mínimo de TREZENTOS MIL ESCUDOS.

Loulé, 31 de Janeiro de 1964

O escrivão de direito da 1.ª Secção  
(a) Joaquim Guerreiro Brasão  
Verifiquei  
O Juiz de Direito  
(a) José António Carapeto Santos

## Agradecimento

A família de Mécia da Conceição Barros, no receio de, por desconhecimento de moradas ou por qualquer outro motivo, ter cometido alguma involuntária omissão nos seus agradecimentos, vem por este meio manifestar o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada a sua querida parente, e às que, por qualquer forma exteriorizaram os seus sentimentos de pesar pelo triste acontecimento.

## A CRISE

da indústria tipográfica e o «Diário de Lisboa»

(Continuação da 1.ª página)

ra mais pobre se aquele decreto fosse cumprido. As terras da província que têm a sua tipografia, que precisam de uma tipografia, que se habituaram a ter a sua tipografia, ficariam mais pobres, porque é a indústria que mais pode contribuir para elevar o nível cultural da Nação. E a grande maioria das terras da província não precisa, não pode comportar, nem tem serviço para «alimentar» uma tipografia apetrechada com dois mil contos de máquinas (só de máquinas!).

Por isso, deste distante Algarve, eu saúdo V. e endereço as minhas mais cordiais felicitações pela forma como o jornal de que V. é mui digno director focou tão desassombradamente um problema que tem atormentado a mente de milhares de portugueses. — De V., etc., José Maria da Piedade Barros.

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª publicação

No dia 19 do próximo mês de Março, às 11 horas, no Tribunal Judicial desta comarca de Loulé, nos autos de execução por custas que o Ministério Público, nesta comarca, move ao executado MANUEL TERESA, solteiro, maior, trabalhador, residente em Besteiros, freguesia de Ameixial, comarca de Loulé, por apenso à acção sumária que ao ora executado moveu José Dias Henrique, do sítio de Alportel, comarca de Faro, há de ser posto em praça, pela primeira vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor de DEZ MIL ESCUDOS, o direito a metade indivisa que o executado tem numa morada de casas térreas para habitação com seis compartimentos, no sítio dos Besteiros, freguesia de Ameixial, concelho de Loulé, que confronta do nascente e norte com rua, do poente com Salvador Guerreiro e do sul com Manuel Rosa, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 488, e que lhe foi penhorado.

Loulé, 29 de Janeiro de 1964

O escrivão de direito  
(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei  
O Juiz de Direito  
(a) José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª publicação

O Doutor José António Carapeto dos Santos, Meritíssimo Juiz de Direito na Comarca de Loulé. Faz saber que, pela primeira secção de processos da Secretaria Judicial desta comarca e nos autos de EXECUÇÃO SUMÁRIA que ANTONIO RODRIGUES DO ROSÁRIO, casado, industrial, residente em Salir, move contra ANTÓNIA MARIA NUNES, viúva, doméstica, residente no Monte das Figueiras de Baixo, freguesia de Querença, desta comarca, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores desconhecidos da referida executada, para, no prazo de dez dias, posterior ao dos éditos, apresentarem, querendo, os seus direitos, nos termos do artigo oitocentos e sessenta e quatro do Código de Processo Civil.

Loulé, 8 de Fevereiro de 1964.

O escrivão de direito,  
(a) Joaquim Guerreiro Brasão  
Verifiquei a exactidão:  
O Juiz de Direito,  
(a) José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª PUBLICAÇÃO

No dia 19 do próximo mês de Março, às 11 horas, no Tribunal Judicial desta comarca, nos autos de Execução por Custas que o Ministério Público move ao executado JOSÉ FERNANDES MENDES, casado, proprietário, residente no Poço de Almansil, freguesia de Almansil, por apenso à acção de divórcio que ora executado intentou contra Maria do Espírito Santo, residente em Portimão, há-de ser posta em praça pela primeira vez, para ser arrematada pelo maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, uma morada de casas de habitação, com duas divisões e pátio, no sítio de Alfaro, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, que confronta do norte e poente com caminho, do sul com Maria Herminia e do nascente com Maria Alcaria, inscrita na matriz predial sob o artigo n.º 2426. Vai à primeira praça pelo valor matricial que é de 600\$00.

Loulé, 3 de Fevereiro de 1964

O escrivão de direito  
(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei a exactidão:  
O Juiz de Direito, 1.º substituto  
Jacinto Duarte

«A VOZ DE LOULÉ»  
N.º 293 — 16-2-1964

## Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

### ANÚNCIO

#### 1.ª PUBLICAÇÃO

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e segunda secção de processos, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados ANTÓNIO PEREIRA e mulher MARIA CORREIA, proprietários, residentes no sítio da Califórnia, freguesia de Salir, desta comarca, para no prazo de DEZ DIAS, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução de sentença com processo sumário movida contra aqueles executados pelo exequente Pedro Vicente Madeira, casado, proprietário, residente em Almarginho, freguesia de Salir, desde que gozem de garantia real sobre os imóveis penhorados.

Loulé, 8 de Fevereiro de 1964

O Escrivão de Direito,  
(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei a exactidão:  
O Juiz de Direito  
(a) José António Carapeto Santos

## Juntas de Freguesia do Algarve

(Continuação da 1.ª página)

vernador Civil junto dos poderes centrais e diversos organismos, para que seja encontrada a melhor solução para os problemas que mais interessam ao bem-estar das populações e ao progresso do distrito.

Foi uma merecida homenagem a quem, de há anos, presidindo aos destinos do Algarve, tanto se vem esforçando com inteligência e desejo de acertar, para tornar mais próspera esta sua e nossa província.

«A VOZ DE LOULÉ», associando-se à significativa homenagem, presta justiça ao sr. Dr. Baptista Coelho, pelo acerto com que tem procurado resolver os problemas duma província de administração difícil e extremamente melindrosa.

## VENDE-SE

Tractor «Fordson Masor», uma debulhadora e uma charrua, em bom estado. Tudo por 80 contos.

Nesta redacção se informa.